

Reflexos das mudanças socioculturais nas relações entre texto, leitor e escritor: a nova face do texto jurídico no processo eletrônico (e-Proc)

Autora: Arlinda Maria Caetano Fontes

Mestre em Comunicação (Semiótica) pela Unisinos, Coordenadora e docente dos Cursos de Graduação e Especialização *Lato Sensu* em Letras da Fatipuc (Canoas/RS), Ministrante de cursos de extensão na Emagis.

Autora: Clarice Teresinha Arenhart Menegat

Doutora em Linguística Aplicada pela PUC-RS, Docente de Língua Portuguesa e de Leitura e Produção Textual no Unilasalle (Canoas/RS), Ministrante de cursos de extensão na Emagis.

Autor: Luiz Gonzaga da Silva Adolfo

Advogado, Doutor em Direito pela Unisinos, Presidente da Comissão Especial de Propriedade Intelectual da OAB/RS na gestão 2010/2012. Professor do PPG em Direito da Unisc. Professor dos Cursos de Direito da Ulbra (Gravataí/RS) e do IBGEN (Porto Alegre/RS).

publicado em 03.05.2010

 [\[enviar este artigo\]](#)  [\[imprimir\]](#)

Resumo

Este artigo busca refletir sobre as mudanças socioculturais que vêm acontecendo na atualidade, ressaltando as implicações que elas produzem nas relações humanas, sobretudo as referentes à linguagem, e, de modo especial, avalia os seus reflexos na linguagem jurídica. Faz um sucinto apanhado histórico acerca dessas mudanças, mostrando os seus efeitos e as necessidades que produzem, contribuindo, dessa forma, para se encontrarem os procedimentos que possam ser adotados a fim de possibilitar a manutenção da ordem social e de sua estabilidade, garantindo, ao mesmo tempo, os avanços tecnológicos. Tratando da comunicação, abrange o conjunto de problemas que ela envolve e tenta explicitar as relações que se dão entre texto, leitor e escritor. Faz um recorte específico do processo jurídico, focando-o em sua atual configuração eletrônica – o e-Proc – e tentando ensaiar algumas orientações para os seus primeiros passos. Tenta mostrar os problemas mais visíveis que afetam o trabalho dos operadores jurídicos e sugere estratégias que poderão ter utilidade na restauração do equilíbrio laboral a essa categoria de profissionais sempre tão atarefada.

Palavras-chave: Texto. Escrita digital. Leitura digital. Processo eletrônico.

Abstract

This article aims at reflecting on current sociocultural changes which are taking place at the moment, emphasizing the influences they produce on human relationships, mainly in respect to language, and particularly it evaluates their reflexes on juridical language. It makes a brief historical summary on such changes, showing their effects and the needs they produce and thus contributing to find the procedures that can be used in order to enable the maintenance of social order and its equilibrium, ensuring, at the same time, technological advances. Being related to communication, it covers the set of problems it involves and it tries to explain the relations which occur amongst text, reader and writer. It makes a specific cutout of the juridical process, focusing on its current electronic configuration – the “e-Proc” – and trying to test some guidance towards its first steps. It tries to show the most visible problems which

affect the work of juridical operators and suggests strategies that might be useful in restructuring laboring equilibrium of this professional group who are usually too busy.

Keywords: *Text. Digital writing. Digital reading. Electronic process.*

Introdução

O uso das novas tecnologias, cada vez mais difundido na sociedade, está impulsionando medidas de adaptação nas mais variadas atividades humanas. De modo especial, a questão afeta quem possui uma rotina de trabalho baseada no ler e no escrever, como é o caso dos magistrados e de todos os demais operadores do Direito. O formato eletrônico do texto judiciário já é realidade, e muitos profissionais estão expondo a sua angústia, enredados nos liames dessa nova situação. Há os que não entendem de informática, habilidade que, até há bem pouco tempo, não lhes era exigida. Assim, deparam-se com dificuldades ao manusearem um processo eletrônico e, mais ainda, ao terem de compô-lo. Tentando contornar as dificuldades, muitos desses profissionais exercem dupla atividade: cumprem a ordem de apresentar o texto na tela do computador, mas ainda o imprimem em papel para manuseá-lo e entendê-lo com mais facilidade, por não se acostumarem ao uso do novo suporte.

O desafio é grande, sabe-se, e impõe nova forma de trabalho, nova cultura. A leitura em uma tela reclama novas atitudes e posturas, cuja prática poderá necessitar de alguma ajuda técnica. Por isso, certas instituições – como o Judiciário – promovem cursos com o objetivo básico de auxiliar seus operadores, especialmente os magistrados, a minimizarem o impacto dessa revolução tecnológica que os atinge.

A informatização da justiça e a adoção do processo eletrônico viabilizada pela Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, provocaram uma verdadeira revolução nas unidades judiciárias dos tribunais. A extinção do papel impõe a criação de novos procedimentos para a tramitação dos processos, mas não se limita a isso: a inovação requer modificações na estrutura dos textos, enfatizando os aspectos visuais e, ainda, o desenvolvimento de novas habilidades de leitura.

1 Mudanças socioculturais

O mundo muda, as relações entre as pessoas mudam, os modos de operar as ações – corriqueiras ou não – também mudam. O mundo contemporâneo configura-se fortemente marcado pelo fenômeno da mudança que resulta de transformações contínuas nas culturas política, econômica, tecnológica, filosófica, etc., afetando todos os setores da sociedade. Muito se tem discutido sobre a viabilidade, a abrangência, a segurança jurídica e, principalmente, a reunião de mecanismos que possam estar sempre atualizados em face das constantes inovações tecnológicas que diariamente se apresentam.

Aqui interessa, de modo especial, a evolução tecnológica que, com o advento da Internet, atinge muito diretamente a área da comunicação, alterando os modos de escrever e ler. Em consequência, profissionais que se servem da escrita e da leitura para o desenvolvimento de suas atividades veem, de uma hora para outra, suas rotinas de trabalho totalmente modificadas, precisando, muitas vezes, até recorrer a cursos para se adaptarem às exigências do novo modelo laboral.

É o caso, por exemplo, dos operadores do Judiciário que, com a aprovação da Lei nº 11.419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, tiveram seu trabalho amplamente modificado. Lê-se, no artigo 1º de seu capítulo introdutório, o seguinte:

“Art. 1º O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

§ 1º Aplica-se o disposto nesta Lei, indistintamente, aos processos civil,

penal e trabalhista, bem como aos juizados especiais, em qualquer grau de jurisdição.”(1)

Esse regramento, conforme já dito, faculta (não obriga) a utilização de meios eletrônicos na tramitação de processos judiciais. Assim, apesar de não existir uma imposição, os tribunais estão procurando incorporar a mudança, pois reconhecem aí um caminho sem volta, que lhes trará muitos benefícios, como a necessária celeridade, a transparência e a economia de custos com a redução de espaços físicos e eliminação de papel.

A partir dessa novidade jurídica, o processo eletrônico foi-se constituindo e hoje já é realidade em muitos tribunais brasileiros, destacando-se a atuação do Tribunal Regional Federal da 4ª Região – TRF4 –, que tem desenvolvido ações, como cursos de capacitação a seus juízes, a fim de implementá-lo, minimizando as dificuldades do percurso. O juiz federal de Porto Alegre Cândido Alfredo Silva Leal Júnior faz o seguinte registro da situação:

“O Judiciário está chegando à era digital. Primeiro foi a Lei nº 11.419/2006, que permitiu o processo eletrônico. Depois foi a Meta 10 do CNJ, que programou essa novidade para as varas do País. Agora é a Justiça Federal, que pretende acabar com o papel. A partir de 2010, os novos processos serão eletrônicos. O e-Proc2 está a caminho. [...] Muito tem que ser feito. O primeiro passo é perceber que a escrita forense usada desde os tempos da máquina de escrever não é mais eficiente. O próximo passo é perceber que o e-Proc2 nos dá oportunidade para descobrir novos caminhos.”(2)

Esse magistrado prevê mudanças profundas no trabalho do Judiciário. Segundo ele, a implantação do processo eletrônico transforma a maneira de pensar e o jeito de trabalhar. Ele fala em revolução a ser feita pelos operários do processo, que vão escrever textos e praticar atos processuais no meio eletrônico. Mostra-se otimista, mencionando ter à disposição ferramenta promissora, que pode melhorar a relação com o processo e acelerar a prestação jurisdicional, avaliando que o momento precisa ser aproveitado para adaptar a escrita e ter o processo eletrônico como aliado.(3) Sobre a questão, assevera:

“Mas apenas boa vontade não será suficiente. Precisaremos também nos ajustar à tela do computador. Afinal, estamos acostumados a ler e escrever em papel. Se não adaptarmos nossos textos, será difícil trabalhar com autos digitais. Se não mudarmos nossos hábitos de escrita e leitura, pagaremos um preço caro: além de ultrapassados (subaproveitamento da nova ferramenta), ficaremos doentes (movimentos repetitivos e problemas de visão). Se não nos ajustarmos à tela do computador, sobreviveremos como escravos do processo eletrônico: trabalhando mais e produzindo menos.

Para evitar isso, precisamos descobrir uma nova forma de escrita, diferente daquela usada na comunicação forense tradicional. Não importa quem produza o texto: juízes, advogados, servidores, precisamos todos pactuar pela melhoria da escrita. Precisamos todos escrever pensando em poupar tempo e diminuir o esforço do leitor frente à tela.”(4)

Preocupado, Leal Júnior enumera uma série de estratégias que, em sua visão, terão de ser adotadas na nova escrita: ajustar petições e decisões para leitura na tela do computador; buscar estratégias que facilitem a leitura e a compreensão dos textos forenses; empregar recursos gráficos como imagens, títulos, tabelas, sumários, tópicos frasais, que orientem a leitura no computador; trabalhar a estrutura e os argumentos do texto; escrever com economia e simplicidade. Em suma, ele sugere “escrever pensando no leitor que estará indefeso diante da tela do computador”.(5)

Assim, é importante destacar que, ao lado da implantação, da regulamentação e da operacionalização da Lei nº 11.419, está a necessidade de adaptação dos operadores do Direito com o apoio de

órgãos do Judiciário e das instituições de classe, que devem facilitar-lhes o acesso a cursos e/ou treinamentos, para que aprendam a lidar com a tecnologia.

2 O uso das novas tecnologias e as relações que se estabelecem entre texto, leitor e escritor

Atualmente, as tecnologias da informação e da comunicação (TICs) estão causando nas sociedades humanas efeitos semelhantes ao que aconteceu no passado com o surgimento da escrita, quando as sociedades orais passaram por modificação radical. Inicialmente, a escrita era processada em tábuas feitas de argila ou madeira, ou na superfície polida de uma pedra. Depois, adotou-se a superfície de um rolo de papiro ou pergaminho, evoluindo-se até chegar à ocupação da superfície da folha de papel.

Naqueles suportes mais antigos, as tábuas, só era possível escrever textos curtos. Com a utilização do papel, houve um grande avanço, tornando-se fácil escrever textos de qualquer tamanho, manuseá-los, relê-los e retomá-los a qualquer momento. A invenção da imprensa por Gutenberg impulsiona a atividade, que não para mais de crescer, alastrando seus domínios por todos os recantos da sociedade. O passo seguinte é a evolução das técnicas de imprimir, o que faz aumentar a rapidez na circulação das informações. Estabelece-se uma relação com o texto impresso diferente da que ocorria com o manuscrito. Aparecem os livros que podem ser transportados com facilidade, possibilitando uma leitura individual e silenciosa.

Hoje, o fenômeno se repete, dando lugar a um novo espaço de escrita: desta vez, a tela do computador. Viabilizou-se a produção de um texto diferente daquele que era lido no papel. Surgiu o hipertexto, caracterizado pela multilinearidade e pela multissequencialidade, produto de inúmeros nós e *links* que povoam o texto sem uma ordem preestabelecida, permitindo a interação do leitor, que acessará o que quiser, na sequência de suas necessidades ou preferências. Tanto a imprensa como o processamento eletrônico do texto, cada um nas condições de sua época, inovaram, trazendo, sobretudo, muita agilidade às atividades de escrita e leitura. Assim, pode-se dizer que os avanços promovidos pelas TICs guardam muitas semelhanças com a revolução, na escrita, protagonizada por Gutenberg, no século XV.

O leitor da tela executa atividade semelhante à do leitor acostumado aos métodos tradicionais: ambos veem o texto lido correr diante de seus olhos. Mas existem algumas diferenças que merecem consideração: no texto eletrônico, edição e distribuição tornam-se uma coisa só, fazendo com que a difusão dos textos seja imediata, o que é, inegavelmente, um grande avanço; o texto eletrônico apresentado na tela do computador não permite que o leitor o manuseie diretamente, possui características que indicam estar havendo uma revolução nas estruturas do suporte do escrito e nas maneiras de ler, tais como a continuidade que é dada a seu fluxo na tela, o fato de as fronteiras não serem tão visíveis quanto no texto impresso (delimitado pela encadernação) e a possibilidade de entrecruzar textos reunidos na memória eletrônica.

Todas essas mudanças de suporte acarretam alterações na maneira de ler e de escrever. O suporte digital carece de alguma adaptação que permita novos tipos de leitura e escrita não só mais eficazes como também mais atraentes. A leitura não é mais linear, os hipertextos autorizam várias possibilidades de ação, escritor e leitor precisam empreender esforços para tirarem o máximo proveito de tudo o que a tecnologia oferece.

Sendo assim, em se tratando do processo jurídico que se quer pensar aqui, não é possível deixar de adequá-lo às práticas de leitura e de escrita digitais da cibercultura, diferentes daquelas da cultura do papel ou das tábuas. Para se chegar ao texto eletrônico, percorreu-se um longo caminho de desenvolvimento das tecnologias de leitura e escrita. E, se alguém pensar que tudo já foi inventado, logo perceberá seu engano, pois

a evolução continua em ritmo cada vez mais acelerado, fazendo surgir, em espaços de tempo cada vez mais breves, equipamentos cada vez mais sofisticados, facilitando a comunicação e mostrando que a capacidade engenhosa do ser humano não tem limites.

3 O processo jurídico em formato eletrônico

Os textos jurídicos e administrativos estabelecem, com frequência, uma distância muito acentuada entre o receptor e o transmissor, gerando dificuldades na comunicação, fazendo com que os objetivos, muitas vezes, não sejam alcançados. Para minimizar o problema, é preciso pensar em estratégias para adequar o texto às diversas situações, lembrando sempre as necessidades do interlocutor. Considerar o destinatário da mensagem, a sua identidade específica, é um dos pré-requisitos para haver êxito na comunicação.

Em se tratando do texto jurídico no novo formato eletrônico, muitos cuidados são necessários. O novo modelo de texto processual busca o aprimoramento da comunicação, mas também a economia e a celeridade na tramitação dos processos. Assim, tornou-se necessário pensar em alternativas para favorecer o cumprimento dessas metas.

Em 2010, o Rio Grande do Sul, mais uma vez alavancando a história brasileira, engajou-se num projeto inusitado, aproximando o Judiciário e o meio ambiente. Inspirados no *slogan* “Celeridade processual. Natureza preservada”, o Programa de Educação e Proteção Ambiental e de Responsabilidade Social do Tribunal de Justiça – Ecojus – e o Núcleo de Inovação e Administração Judiciária da Escola Superior da Magistratura – Niaj – idealizaram o “Projeto Petição 10, Sentença 10” com a finalidade de limitar a extensão das petições e sentenças a dez páginas. O objetivo é fazer com que os servidores do Judiciário adiram espontaneamente a esse critério, conscientes da importância da iniciativa, sem que haja uma obrigação formal.(6)

Aos que quiserem participar do projeto, a sugestão é observar estas regras:

- evitar ultrapassar o limite de dez páginas (cinco folhas frente e verso) na redação de petições e sentenças;
- adotar a Ecofont tamanho doze como padrão para todos os documentos;
- respeitar a medida de três centímetros para as margens direita, esquerda e superior e um centímetro e meio para a inferior, utilizando entrelinha simples;
- se imprimir o documento, fazê-lo no modo frente e verso.(7)

O projeto prevê o esforço de todos para reduzir o tamanho desses textos que, muitas vezes, apresentam páginas e páginas com considerações desnecessárias que em nada contribuem na argumentação para o desfecho do caso em estudo. O juiz Carlos Eduardo Richinitti reflete:

“Hoje, com a larga utilização dos recursos da informática, em especial das ferramentas do tipo **‘recorta e cola’**, constata-se a lamentável realidade dos longos arrazoados. Não raramente, verificam-se peças com mais de 50 laudas, recheadas de citações jurisprudenciais e doutrinárias, a maioria desnecessárias, perdendo-se o foco naquilo que é mais importante, ou seja, o direito controvertido.

Esse fenômeno enseja uma série de prejuízos, que vão desde o desperdício de importantes recursos materiais, com reflexo direto no meio ambiente, até a imposição de prescindível dificuldade às já tão complexas atividades jurídicas, pois é praticamente impossível aos operadores do Direito – em um país que já conta com mais de 80 milhões de processos – ler em sua totalidade longos arrazoados.

Com a concisão ganham todos, independente da posição que ocupam em um processo judicial, pois a exposição objetiva dos fatos controvertidos e

das razões jurídicas que nos levam a um determinado entendimento, além de facilitar, qualificam as atividades dos profissionais do direito, seja no momento de pedir, seja no de contestar ou no de decidir.

Ganha, com isso, também a natureza, pois, para a produção de uma tonelada de papel, além da utilização de uma grande quantidade de produtos químicos, são necessárias de duas a três toneladas de madeira e, para apenas um quilo de papel, consomem-se 540 litros de água. Pretende-se trabalhar, ainda, com a sugestão de impressão frente e verso, bem como com a utilização de fontes de letras ecologicamente recomendáveis e que permitem uma economia de até 20% na tinta de impressão.”(8)

Havendo necessidade, obviamente, a peça processual poderá apresentar um desenvolvimento maior, mas isso será considerado a exceção; pela regra, busca-se manter o padrão de dez páginas, no máximo, para petições e sentenças.(9)

Outra questão importante é a atenção às partes que compõem o alvo do texto processual: o leitor, seja ele juiz, seja advogado, representante do Ministério Público, autor ou réu. Pensar no destinatário da mensagem, na sua identidade específica, é pré-requisito indispensável para garantir êxito na comunicação.

Ao escrever, então, o autor deverá, sempre, levar em consideração o leitor a quem o texto se destina, a fim de adequar a linguagem utilizada a sua capacidade de entendimento. O fim a que o texto se propõe e o nível de compreensão dos leitores são fatores determinantes do formato da sua redação. É fundamental, por isso, que o produtor do texto use uma linguagem culta, sem gírias, sem lugares-comuns, sem coloquialismos, impessoal. Os textos grandiloquentes, carregados de preciosismos linguísticos (arcaísmos, latinismos), hoje são ultrapassados. Moreno e Martins afirmam que, “ao contrário do que muitos pensam, o leitor se sentirá valorizado com textos objetivos e de leitura agradável, e não com peças confusas e rebuscadas”.(10) E dizem mais:

“Um vocabulário antiquado e em desuso torna difícil a leitura do texto, é impreciso e dispersa a atenção do leitor. As pessoas que detêm o verdadeiro conhecimento escrevem com clareza e simplicidade, utilizando um vocabulário variado, mas atual, adequado ao contexto e perfeitamente compreensível [...]. Você escreve para convencer e persuadir, não para mostrar erudição. Sua cultura e seu saber jurídicos se provarão por bons resultados no processo, e não pelo número de vezes que você remeterá o leitor aos dicionários.”(11)

Conforme Augusto C. Belluscio, “há uma gama de temas linguísticos intimamente relacionados com a prática diária da escrita em relação à boa gestão da língua como instrumento de comunicação legal”.(12) Esse autor acredita que

“o rigor gramatical e sintático com que a linguagem deve ser usada, e tudo o que leva a mais clara expressão do pensamento, são particularmente importantes no discurso jurídico, dada a relevância da atividade de advogados, juristas e funcionários do Judiciário, em termos de interesses que estão em jogo quando se trata de fazer cumprir a lei, no âmbito civil, comercial, administrativo, econômico, laboral ou fiscal, tanto em nível nacional como internacional. É importante a observância das regras de ortografia, de morfologia e de sintaxe, o uso adequado da palavra certa em cada caso, o cuidado constante para evitar os vícios que comprometem a língua, a atitude defensiva – sem prejuízo da flexibilidade razoável – diante de estrangeirismos desnecessários, o cuidado por manter o estilo no acompanhamento da técnica jurídica e as exigências gramaticais básicas.”(13)

Não deve ser olvidado, além disso, que a estrutura de uma língua está em constante evolução. Também o léxico oficial, não raro, sofre alterações profundas. Algumas palavras perdem a sua força, saem de moda,

tornando-se meros anacronismos. Outras irrompem na língua e logram sucesso: neologismos técnicos e científicos, estrangeirismos, regionalismos. No caso do processo em formato eletrônico, além de tudo isso, importa refletir sobre a aparência do texto. Como o suporte é outro – deixa-se de ler no papel para fazer a leitura em uma tela de computador –, a recepção do texto também se modifica, oferecendo facilidades ao leitor, mas também, sob certos aspectos, algumas dificuldades. Assim, as regras de configuração do texto precisam ser alteradas.

Belluscio sugere não ser necessário dar ao leitor um manual de língua portuguesa sistematicamente estruturado, com definições, regras, tabelas, paradigmas verbais, como é feito com a maioria dos livros disponíveis no mercado. Mas ele mostra preocupação em apresentar algumas orientações sobre a linguagem, direcionadas a sua utilização e refletindo sobre aspectos teóricos relevantes para a elaboração dos textos. O objetivo não é desenvolver regras de gramática, mas discutir certos equívocos frequentes com o fim de evitá-los. Propõe “a conscientização sobre a necessidade do cuidado com a língua para profissionais cujo trabalho de produção de textos corretos e compreensíveis é de importância fundamental”.⁽¹⁴⁾ Defende que “a clareza e a funcionalidade, incluindo a leveza, são características indispensáveis a esses textos”.⁽¹⁵⁾

A comunicação fica prejudicada quando o receptor de uma mensagem não a compreende integralmente. Por esse motivo, no trabalho com o texto, para se obter a comunicação desejada e evitar desperdício de tempo, Belluscio recomenda

“escolher cuidadosamente as palavras que podem servir ao propósito que se tem, nas circunstâncias em que o ato comunicativo ocorre, e evitar o uso de sinais que não tenham significado: certos termos obsoletos devem ser substituídos por outros que melhor atendam às necessidades e/ou circunstâncias da comunicação.”⁽¹⁶⁾

Acrescenta-se a isso a relevância de cuidar do aspecto visual do texto, procurando-se suavizar o trabalho da leitura. Reúnem-se, então, algumas recomendações importantes para a tecitura dos textos, as quais, a seguir, se expõem.

3.1 Regras gerais

É de grande utilidade a observância das máximas relacionadas com as categorias lógicas de quantidade, qualidade, relevância e modo, conhecidas como máximas de Grice.⁽¹⁷⁾

Para atender à máxima da quantidade, o texto deverá fornecer informações em quantidade suficiente para a compreensão, não contendo nada mais que o necessário para evitar dispersão. O escritor, por razões óbvias, também não deve emitir opiniões sobre questões que não são de sua competência. O resultado será um texto enxuto e preciso, bem ao molde do que o texto jurídico necessita para alcançar os seus fins.

A máxima da qualidade prevê que se afirme somente o que é verdade, e as evidências devem conduzir o leitor a acreditar na informação dada. Trata-se de uma regra útil de que o escritor pode se valer para persuadir o leitor a respeito do que o seu texto veicula, o que é extremamente importante no texto jurídico. Dessa máxima derivam-se duas submáximas, ambas de grande proveito para a composição do texto jurídico: 1) não informar aquilo que se acredita ser falso; 2) não informar aquilo para o qual não se possam fornecer evidências suficientes.

A máxima da relevância (ou da relação) prevê que o enunciado deva ser relevante, isto é, que apresente informações relacionadas com o tema central. Uma frase desarticulada do objetivo central do texto é tida por inadequada e pode causar dificuldades ao leitor na decodificação da mensagem. Os operadores do Direito sabem muito bem o quanto isso pode ser problemático.

A máxima do modo diz que o enunciado deve ser claro: a clareza de expressão é uma forma evidente de cooperação com o leitor por parte do escritor. Esse deve evitar a obscuridade e a ambiguidade, ser breve e organizado (usar pontuação e formatação adequadas). Ao dar forma a seu texto, convém que o redator se esforce para organizar suas ideias com palavras objetivas e expressões e frases bem estruturadas.

Há ainda o Princípio Cooperativo, utilizado como um parâmetro que o redator deve considerar ao produzir um texto, visto que esse faz parte do resultado de uma situação comunicativa que envolve atitudes do escritor e do leitor. Para obter o máximo de eficácia com o texto, o escritor precisa evitar as ambiguidades, as expressões de duplo sentido, como a contida em “O funcionário viu a moça quando saía da oficina” (não fica claro quem saía da oficina, se o funcionário ou a moça), e a maioria dos pleonasmos, figura de construção com a utilização de palavras desnecessárias numa oração, as quais nada acrescentam para o pleno significado do que se quer articular, como em “entrar para dentro, erário público, ver com os próprios olhos, etc.”. Às vezes, no entanto, o pleonismo poderá servir para enfatizar alguma ideia, caso raro que, então, será preservado.

A observância dessas regras permite que se produzam textos que levem à compreensão dos leitores informações verdadeiras, relevantes, claras e em quantidade suficiente.

3.2 Observações gramaticais

O respeito às normas gramaticais é outro fator importante para quem quer escrever bem. É vital para garantir o emprego da modalidade padrão da língua ao texto em execução. Entretanto, não se tem o objetivo de desenvolver a questão aqui. Eventuais dúvidas sempre poderão ser solucionadas com o auxílio de boas gramáticas, dicionários e, nestes tempos de atualização ortográfica, com consultas frequentes ao Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa – Volp. Mas, para alcançar os efeitos de clareza desejados, é preciso, ainda, dar atenção a outras inúmeras formalidades entre as quais, a seguir, destacam-se algumas:

- evitar a organização de frases muito longas, cheias de vírgulas e sem outro sinal de pontuação;
- priorizar os parágrafos breves constituídos de períodos curtos;
- dispensar as orações adjetivas explicativas, pois, por sua natureza, trazem conteúdos que, normalmente, não são relevantes;
- evitar a eliminação de preposições e conjunções (muito em voga, hoje) sob pena de pecar contra a estrutura do texto, prejudicando a clareza e, do mesmo modo, abster-se do emprego desses elementos articulatórios quando não houver necessidade;
- cuidar para não incorrer no uso do famoso gerundismo (Ex.: “Vou estar anotando o número.”), o que não significa abolição total dessa forma verbal; em geral, o gerúndio serve para expressar uma ação simultânea à do verbo principal da oração (Ex.: “O rapaz caminha conferindo seu material e sai batendo a porta.”) ou para indicar anterioridade (Ex.: “O presidente, tendo constatado que não havia quórum, suspendeu a sessão.”), mas ressalta-se que é inadequado para indicar posterioridade (Ex.: “O assaltante fugiu sendo preso horas depois” (errado). / “O assaltante fugiu e foi preso horas depois” (correto).); **(18)**
- empregar criteriosamente as diferentes formas verbais, considerando não apenas a concordância com o sujeito, mas levando em conta as variações de sentido ocasionadas pela (in) adequação no emprego de tempos, modos, vozes; **(19)**
- empregar, cuidadosamente, a pontuação, pois ela responde, com muita intensidade, pela construção do sentido do texto, sobretudo em relação a clareza e coerência;
- utilizar com precisão os conectores lógicos (de adição, causalidade, comparação, contraste, condicionalidade, finalidade, temporalidade, disjunção, conclusão, etc.), contribuindo, de fato, para que as relações entre as ideias com que o escritor tece o texto cheguem inalteradas ao leitor, possibilitando a comunicação efetiva.

Importa, portanto, que o escritor esteja sempre atento em busca da harmonia e da clareza de expressão, cuidando, para resguardar o estilo e não desagradar ao leitor, o que passa por uma atitude continuamente reflexiva, em permanente disposição para aprender e aplicar os novos conhecimentos.

4 A Organização visual do texto no e-Proc

Assim como a escrita saiu da tábua e chegou ao espaço da folha de papel, hoje ela está migrando para a tela do computador. Os caracteres utilizados continuam os mesmos, mas o novo modelo de suporte impõe, no mínimo, uma reorganização. A leitura já não é feita da mesma forma que outrora. A difusão da mensagem ultrapassou as barreiras do espaço e do tempo – um texto postado na *Web* chega, instantaneamente, a qualquer lugar –, e autor e leitor, mesmo fisicamente afastados, têm-se aproximado, cada vez mais, envolvidos ambos com a mesma tarefa de atribuírem sentido ao texto.

O hipertexto – texto ou conjunto de textos, disponíveis em mídia eletrônica e acessados por computador, cuja organização permite a escolha de diversos caminhos de leitura por meio de remissões que os vinculam a outros textos ou blocos de texto – é multilinear e multissequencial. Possui inúmeros nós e *links* cujo acesso dispensa a existência de qualquer ordem preestabelecida. A organização que vai sendo montada pelo leitor enquanto acessa os *links* que lhe permitem visualizar o conteúdo pode não seguir a mesma lógica de apresentação do autor. Vê-se, portanto, que o texto digital confere ao leitor maior autonomia na determinação do sentido; mas, ao mesmo tempo, exige do escritor muita atenção a sua formatação a fim de favorecer a identificação de seus elementos e garantir a legibilidade.

Tanto no papel como na tela, o leitor vê o texto lido correr diante de seus olhos, mas, no computador, já não pode manuseá-lo diretamente. O texto eletrônico apresenta características revolucionárias: as estruturas do suporte do escrito e as maneiras de ler mudaram drasticamente. E essas mudanças de suporte acarretam a necessidade de um novo aprendizado para ler e escrever. Impõe-se que autor e leitor se submetam a um certo treinamento para usufruírem os benefícios que o meio eletrônico oferece, pois, do contrário, a nova modalidade poderia transformar-se num complicador da vida de quem precisa trabalhar escrevendo e lendo.

O suporte digital reclama novas estratégias de produção textual que permitam uma leitura rápida (não cansativa), eficaz e, se possível, atraente. Quem escreve precisa ter presente que a leitura não é mais linear, os hipertextos permitem várias possibilidades de ação, devendo ser moldados para atender a essa característica. Escritor e leitor, portanto, precisam empreender o máximo de esforços para tirarem o máximo proveito de tudo o que a tecnologia oferece.

Assim, percebe-se que a escrita do processo eletrônico – e-Proc – requer muitos cuidados que incluem organização visual, realces e estrutura. Na formatação, escolhe-se o tipo de letra, o tamanho, o estilo, a cor, o espaçamento, a posição vertical do texto e a adição de efeitos, tais como o sublinhado, o itálico, o negrito ou o sombreado. Pode-se, também, controlar espaçamentos e avanços, adicionar marcas e números, bem como definir o alinhamento. E não se deve esquecer de que a padronização no uso desses recursos assume importância de grande relevância neste modelo de texto, pois contribuirá para facilitar a leitura, agilizando o processo de construção do significado. Cuida-se, pois, de manter uniformidade no projeto gráfico, corpo e fonte dos títulos, grafia das palavras, siglas, etc., evitando-se duplicidade nos destaques, como o uso de negrito e sublinha ao mesmo tempo.

Convém lembrar, ainda, que a atenção às disposições gerais da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT – é fator que poderá facilitar a organização e a compreensão do texto digital. Mas o principal é

cada profissional se conscientizar de que precisa mudar seus hábitos. Leal Júnior entende que,

“se não mudarmos nossos hábitos de escrita e leitura, pagaremos um preço. Provavelmente sobreviveremos, mas a manutenção das velhas formas de escrita jurídica terá custos, seja porque não aproveitaremos as novas facilidades da tecnologia, seja porque adoeceremos. Como a mudança na forma de trabalhar terá sido abrupta e os atos praticados diante do computador são repetitivos, nosso organismo provavelmente não se adaptará a tempo aos novos movimentos e ao novo ambiente, e estaremos mais suscetíveis às doenças profissionais decorrentes dos movimentos repetitivos e da exposição à tela do computador.”(20)

Considerações finais

Considerando a relevância dos processos jurídicos na resolução dos conflitos sociais que os geram, é, pois, extremamente importante a sua simplificação, ou seja, é preciso redigi-los com o máximo de cuidado, tanto para a obtenção da clareza, para poder ser compreendido, em todas as suas partes, pelo réu e pelo público em geral, como para facilitar o trabalho dos magistrados que, diariamente, veem-se diante de número muito elevado de processos para despachar. Assim, para que todo esse trabalho seja eficaz, é imperioso promover o equilíbrio entre qualidade e quantidade das informações, mudando-se os paradigmas, o que passa, necessariamente, por uma adequada preparação técnica que inclua novos procedimentos – especialmente visuais e de síntese linguística – para a apresentação dos textos, culminando em facilitar a interpretação.

O e-Proc prevê economia e celeridade na tramitação dos processos, e os operadores do Direito, certamente, se esforçarão para se adaptarem rapidamente a essas inovações que não são de ordem processual, mas procedimental. O desafio é grande, sabe-se, e impõe nova forma de trabalho, nova cultura. Mas os resultados esperados também são alentadores, como a rapidez na atuação dos magistrados, a agilização na condução dos processos e a contínua melhoria da comunicação entre as partes.

São necessárias muitas reflexões e desenvolvimento de estudos para a assimilação e a promoção dessa nova tendência. Há um longo caminho a percorrer, mas acredita-se que o pioneirismo que tem marcado o Judiciário brasileiro, aliado ao esforço pessoal de cada participante, à valorização do conhecimento e ao compartilhamento das informações, fará com que todos alcancem o sucesso desejado.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução do russo de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BELLUSCIO, Augusto C. **Técnica jurídica para la redacción de escritos y sentencias**: reglas gramaticales. Buenos Aires: La Ley, 2006. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/30814030/Belluscio-Augusto-TECNICA-JURIDICA-para-la-REDACCION-de-ESCRITOS-y-SENTENCIAS>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

BRASIL. **Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre a informatização do processo judicial. Disponível em: <www.espacovital.com.br>. Acesso em: 19 jan. 2011.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região – TRF4. **Revista de Doutrina da 4ª Região**. Disponível em: <www.revistadoutrina.trf4.jus.br>. Acesso em: 19 jan. 2011.

EPSTEIN, Isaac. **O signo**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1991.

ESPAÇO VITAL. **Notícias**. Disponível em: <http://www.espacovital.com.br/noticia_ler.php?id=21718>. Acesso em: 19 jan. 2011.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna**. 21. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, Ingedore Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1998.

LEAL JR., Cândido Alfredo Silva. Bem-vindos ao novo processo: pacto por uma nova escrita forense. **Espaço Vital**, Porto Alegre, dez. 2009. Disponível em: <www.espacovital.com.br>. Acesso em: 19 jan. 2011.

_____. Texto judiciário eletrônico: decidindo e escrevendo no novo processo eletrônico. **Revista CEJ**, Brasília, a. XIV, n. 49, p. 101-114, abr./jun. 2010. Disponível em: <<http://www2.cjf.jus.br/ojs2/index.php/cej/article/view/1375/1346>>. Acesso em: 19 jan. 2011.

MORENO, Cláudio; MARTINS, Túlio. **Português para convencer: comunicação e persuasão em Direito**. São Paulo: Ática, 2006.

PESSOA, Fernando. **Mensagem**: obra poética I. Organização de Jane Tutikian. Porto Alegre: L&PM, 2006.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. **A Teoria Inferencial das Implicaturas**: descrição do modelo clássico de Grice. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/letras/pos/logica/implicat.html>>. Acesso em: 10 out. 2011.

RICHINITTI, Carlos Eduardo. **Projeto petição 10, sentença 10**. Escola Superior da Magistratura. Núcleo de Inovação e Administração Judiciária. Disponível em: <<http://niajajuris.org.br/index.php/artigos/159-projeto-peticao-10-sentenca-10>>. Acesso em: 19 jan. 2011.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. **Projeto petição 10, sentença 10**. Disponível em: <<http://www2.tjrs.jus.br/peticao10sentenca10/sentenca.html>>. Acesso em: 19 jan. 2011.

Notas

1. Lei nº 11.419/2006. Disponível em: <<http://direitoeletronico.wordpress.com/2007/03/10/lei-de-informatizacao-do-judiciario/>>. Acesso em: 10 out. 2011.

2. LEAL JR., Cândido Alfredo Silva. Bem-vindos ao novo processo: pacto por uma nova escrita forense. **Espaço Vital**, Porto Alegre, 02 dez. 2009. Disponível em: <www.espacovital.com.br>. Acesso em: 19 jan. 2011.

3. LEAL JR. Op cit., 2009.

4. LEAL JR. Op. cit., 2009.

5. LEAL JR. Op. cit., 2009.

6. Conforme notícia veiculada no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www2.tjrs.jus.br/peticao10sentenca10/sentenca.html>>. Acesso em: 19 jan. 2011.

7. De acordo com notícia veiculada no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www2.tjrs.jus.br/peticao10sentenca10/aderir.html>>. Acesso em: 19 jan. 2011.

8. RICHINITTI, Carlos Eduardo. **Projeto petição 10, sentença 10**. Escola Superior da Magistratura. Núcleo de Inovação e Administração

Judiciária. Disponível em: <<http://niajajuris.org.br/index.php/artigos/159-projeto-peticacao-10-sentenca-10>>. Acesso em: 19 jan. 2011.

9. Ainda segundo notícia veiculada no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www2.tjrs.jus.br/peticacao10sentenca10/sentenca.html>>. Acesso em: 19 jan. 2011.

10. MORENO; MARTINS. **Português para convencer**. São Paulo: Ática, 2006, p.62.

11. MORENO; MARTINS. Op. cit., p. 210-211.

12. BELLUSCIO, Augusto C. **Técnica jurídica para la redacción de escritos y sentencias**: reglas gramaticales. Buenos Aires: La Ley, 2006. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/30814030/Belluscio-Augusto-TECNICA-JURIDICA-para-la-REDACCION-de-ESCRITOS-y-SENTENCIAS>>. Acesso em: 10 fev. 2011. Tradução livre.

13. BELLUSCIO, Augusto. Op. cit., 2006. Tradução livre.

14. BELLUSCIO, Augusto. Op. cit., 2006. Tradução livre.

15. BELLUSCIO, Augusto. Op. cit., 2006. Tradução livre.

16. BELLUSCIO, Augusto. Op. cit., 2006. Tradução livre.

17. Herbert Paul Grice (13 mar. 1913, Birmingham, England – 28 ago. 1988, Berkeley, California) tornou-se conhecido entre os estudiosos da linguística, sobretudo da pragmática, principalmente por seu artigo *Logic and Conversation*, que apareceu nas conferências realizadas pela Universidade de Harvard, em 1967, provocando um dos maiores impactos teóricos na história das pesquisas sobre pragmática (PUCRS – Disponível em: <<http://www.pucrs.br/letras/pos/logica/implicat.html>> Acesso em: 10 out. 2011).

18. Salienta-se que o uso do gerundismo em nada contribui para a melhoria do texto. A frase "Vou estar anotando o número" é um desvio verbal que substitui, sem nenhuma vantagem, a construção "Anotarei o número", mais curta, rápida, direta e apropriada.

19. O uso equivocado dessas formas pode levar a confusões sobre o conteúdo do texto.

20. LEAL JR., Cândido Alfredo Silva. **Texto judiciário eletrônico**: decidindo e escrevendo no novo processo eletrônico. Artigo disponível em: <<http://www2.cjf.jus.br/ojs2/index.php/cej/article/view/1375/1346>>. Acesso em: 19 jan. 2011.

Referência bibliográfica (de acordo com a NBR 6023: 2002/ABNT):

FONTES, Arlinda Maria Caetano; MENEGAT, Clarice Terezinha Arenhart; ADOLFO, Luiz Gonzaga da Silva. *Reflexos das mudanças socioculturais nas relações entre texto, leitor e escritor: a nova face do texto jurídico no processo eletrônico (e-proc)*. **Revista de Doutrina da 4ª Região**, Porto Alegre, n. 37, agosto. 2010. Disponível em: <http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao047/Arlinda_Fontes.html> Acesso em: 10 maio 2012.